

Crescimento verde é uma meta válida

Por **Martin Wolf**

Valor Econômico, 27.11.2013

Evidências sugerem que indivíduos e empresas não vêm usando a energia de uma forma mais eficiente. A combinação de aumento nos preços do carbono e de regulamentação mais rigorosa poderia reduzir as emissões de CO2 sem qualquer perda de produção.

Na semana passada, foi a vez de Varsóvia ser a anfitriã de mais um encontro decepcionante sobre mudanças climáticas. Nos últimos 20 anos, muitas outras cidades tiveram esse prazer. Desta vez, 195 países acertaram a duras penas fazer uma "contribuição" para combater as mudanças climáticas, no lugar de um "compromisso" mais firme. O objetivo ainda é chegar a um acordo sólido em Paris, em 2015. As chances de êxito são insignificantes. A experiência mostra isso.

O que torna isso mais deprimente é que o mundo provavelmente poderia eliminar os riscos de consequências catastróficas a um custo limitado, desde que agisse de forma rápida, eficiente e coordenada. Em seu novo Livro, "The Climate Casino", William Nordhaus, de Yale, decano dos economistas "climáticos", argumenta que o custo de limitar a 2°C o aumento na temperatura mundial seria de 1,5% da produção mundial, desde que se adotassem as medidas apropriadas. Isso corresponde à metade do crescimento econômico mundial anual. O custo seria muito maior se os países responsáveis por metade das emissões não participassem: limitar a 2°C a elevação da temperatura seria impraticável.

O professor Nordhaus, uma voz moderada nesse debate, explica por que o mundo deveria aceitar tais custos. O efeito estufa é ciência básica. As emissões aumentaram rapidamente. As concentrações atmosféricas de dióxido de carbono agora estão em mais de 400 partes por milhão - 50% a mais do que antes da Revolução Industrial e muito acima dos níveis do último 1 milhão de anos. As temperaturas mundiais subiram nos últimos 150 anos. O recente platô de temperatura não é uma exceção. Cientistas climáticos não conseguem encontrar outra explicação para as elevações de temperatura que não seja a atividade humana.

Céticos argumentam como se tal incerteza significasse que o mais certo a se fazer é não fazer nada. Em uma estrada com neblina, a quantidade e a velocidade dos outros carros são particularmente incertas. Essa própria ignorância torna essencial dirigir com cautela. O mesmo se aplica ao clima. Tendo em vista as incertezas quanto ao sistema climático, a alternativa mais sensata, certamente, é dirigir com cautela.

Um aspecto especialmente importante dessas incertezas são os pontos de inflexão. Sabemos que o clima da Terra já mudou de forma acentuada no passado. É possível - e até provável - que algum processo ainda não completamente compreendido possa jogar o mundo em outro, e talvez irreversível, estado: o colapso de grandes camadas de gelo é uma dessas possibilidades; outra seria grandes mudanças na circulação dos oceanos; e mais uma seriam os processos de "realimentação positiva" sobre o aquecimento. Embora a humanidade possa ter esperança de conseguir administrar os

impactos econômicos desses eventos, o mesmo não vale para o impacto sobre oceanos ou extinções em massa.

É irracional jogar no cassino climático sem buscar eliminar as consequências possíveis nos piores cenários. Algumas pessoas mostram entusiasmo com a possibilidade da geoengenharia. Mas isso é entrar em mais uma aposta. É, certamente, mais sensato limitar o acúmulo excessivo de gases causadores do efeito estufa, uma vez que é possível fazê-lo a um custo nada impeditivo.

As emissões, portanto, são uma consequência mundial negativa da atividade econômica. Não sabemos o custo de tal externalidade. Podemos ter certeza que é maior do que zero. Externalidades não se consertam sozinhas. Na ausência de direitos eficientes para os indivíduos, elas exigem a intervenção do governo, no caso, a intervenção de cerca de 200 governos. A solução mais simples seria que todos os países chegassem a um preço de consenso. Cada país então aplicaria um imposto: o professor Nordhaus indica que deveria ser US\$ 25 por tonelada de CO₂ emitido. Essa receita, então, ficaria em casa. As negociações seriam apenas em torno do preço. Enquanto isso, os países de alta renda direcionariam o foco à pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias relevantes e a assegurar que as melhores tecnologias estejam disponíveis a custo barato para os países emergentes e em desenvolvimento. Por que deveriam fazer isso? A resposta: porque uma atmosfera de baixa emissão de CO₂ é um bem público mundial.



Hoje, é impossível sentir-se otimista de que algo próximo a isso possa se concretizar. Isso, em parte, porque o acordo necessário precisa ser de longo prazo e mundial. Isso, por sua vez, levanta questões difíceis de igualdade intrageracional e intergeracional. A probabilidade de fracasso, no entanto, também se deve ao empenho (bem-sucedido) dos céticos para enturvar as águas intelectuais e à compreensível resistência de grupos de interesse afetados. Alguns setores - as concessionárias públicas elétricas e as atividades com uso intensivo de energia - vão reclamar. As queixas, contudo, devem ser vistas dentro de um contexto maior. O setor carvoeiro dos EUA, politicamente influente, poderia chegar a perder 40 mil postos de trabalho em dez anos. Em comparação ao que aconteceu no mercado de trabalho dos EUA desde 2008 isso seria bastante trivial.

Além disso, estão as compreensíveis preocupações das pessoas comuns, de que estariam em situação muito pior se não pudessem mais tratar a atmosfera como

um escoadouro grátis. Também está claro que as fontes de energia de baixa emissão de dióxido de carbono ainda são caras e que a viabilidade de algumas tecnologias não está comprovada em escalas relevantes. Grandes esforços exigiriam uma aceleração no índice de descarbonização. Isso não vai acontecer por si só. Vai precisar de um empurrão.

A combinação de preços mais altos e apoio a pesquisas fundamentais deveria proporcionar esse empurrão. Felizmente, evidências sugerem que, por ignorância ou inércia, os indivíduos e as empresas não vêm usando a energia de uma forma mais eficiente. A combinação de aumento nos preços do carbono e de regulamentação mais rigorosa poderia até nos proporcionar alguns ótimos almoços grátis: reduzir as emissões de dióxido de carbono sem qualquer perda de produção.

Suponha que, apesar de toda a lógica, se mostre impossível chegar a um acordo internacional relevante. Faria sentido que qualquer país ou grupo de países venha a adotar alguma determinada ação por conta própria? Se o objetivo for lidar com as mudanças climáticas, a resposta é: absolutamente, não. A menos que esses países sejam a China ou os EUA. Na verdade, não seria suficiente mesmo se os países fossem a China mais os EUA, já que, combinados, são responsáveis por apenas pouco mais de 40% das emissões mundiais. Seria possível, entretanto, um país conseguir demonstrar uma "prova de conceito": provar que realmente é possível uma economia ter altas taxas de crescimento enquanto reduz suas emissões. Ao longo do processo, tal país poderia até, como alguns argumentam, ganhar uma dianteira importante em algum setor de atividade que venha a se tornar relevante.

Seja qual for o caso, alguns países precisam tentar. De outra forma, enquanto todos andarem para trás, os esforços para buscar um acordo que seja efetivo vão fracassar. Estaríamos, então, fazendo uma aposta de que não haverá nenhuma consequência muito ruim ou irreversível. Podemos ter essa sorte. O que nossos filhos vão pensar se não tivermos? **(Tradução de Sabino Ahumada)**